



Orçamentos, coisas para político ver?

Se há algo que o(a) cidad(ã)o conhece bem é o seu orçamento familiar. Na conta do Deve e do Haver há um mês de despesas e consumos que importa reger com muita paciência, alguma sabedoria, bastante retraimento. É que o haver é pouco para tanto mês, sem contar os imponderáveis duma consulta, dos remédios necessários, duma prenda de aniversário, de algo que a sociedade de consumo transforma em tentação e obriga a noites de insónia e contabilidade apertada a ver onde cortar para concretizar o desejo daquela camisola de lã para o frio, daqueles sapatos a substituir os já gastos, daquela pulseira de imitação que lhe entrou no olhar e seduziu. Tudo o que se tornou essencial para uma qualidade decente de vida, água, gás, electricidade, telemóvel, televisão, aumentou de forma assustadora aquela parte do Deve que mingua em demasia o Haver, que se mantém inalterável (diminuindo, na realidade) anos a fio, quando não foi mesmo arrebanhado para o aumento dos impostos e das taxas municipais.

Já o mesmo se não pode dizer dos orçamentos dos governos, algo que lhe é tão alheio e quase semelhante a uma língua estrangeira, ainda que seja ele a pagar e de forma activa os efeitos aprovados por assembleias de deputados de que não conhece senão o nome dum ou outro, nem o que representa além do partido que o propôs. A política nacional é um nevoeiro de alma, um tipo de antologia poética contemporânea feita para os amigos, gente que se cruza diariamente nos corredores dos gabinetes, almoçam por tuta e meia no melhor restaurante do País, o da Assembleia, digladiam-se nos programas televisivos, mas no fundo são todos bons rapazes e raparigas, com provas de afecto e amizade fora das arenas públicas de pugilato. A verdade é que os orçamentos governamentais transformaram-se em bíblia do ano, ainda que ao cidadão difícil lhe seja passar da apresentação.

Mesmo assim os media digitais e do papel ainda procuram, entre o acessório, colocar ao cidadão algumas questões aparentemente pertinentes, tais como se a dívida governamental é aceite na Comissão Europeia, se o Euro vale depois da vitória de Trump nos EUA o mesmo que valia com Obama, quando o que de verdade lhe interessaria era se lhe diminuía os impostos e se lhe iriam aumentar a pensão ou o vencimento. Daí que se alimente preferencialmente das telenovelas dos quatro canais generalistas, jornais leia o do café, ou do futebol nacional que é, com excepção das visitas presidenciais, o assunto mais versado em qualquer órgão de informação. Problemas com fatura já tem no seu dia a dia... A vida é curta e, neste País em que a corrupção tem cartão de alforria, o melhor é não fazer ondas... não vá

o Diabo tecê-las, como comentava Passos Coelho.

Mas há ainda outros orçamentos que lhe dizem directamente respeito, o da sua Freguesia e o da Câmara Municipal do seu concelho, e deles também nada sabe. Apesar da proximidade, são como um livro dos segredos, só acessíveis a iniciados, uma espécie de código hermético, de que a sua vida depende e está sujeita a profundas imposições, mas que desconhece na prática o que nele se contém. A imprensa e a rádio concelhias, quando lhe tocam, fazem-no com pinças, com medo que o lacrau da contabilidade e da ética lhes morda. Dá-se ao presidente da edilidade ou da junta um tempo de antena que lhe permita vender o melhor dos mundos da sua gestão, as dívidas de curto e médio prazo, a fornecedores, à banca, os juros da dívida, as suas causas, tudo tratado de forma ligeira, coisas de somenos, com que se não devem aborrecer os(as) munícipes, com vidas que já dão trabalho, muito suor e lágrimas. E diga-se, as oposições partidárias que partilham o poder com o partido vencedor, pouco fazem para acabar com esta ignorância premeditada. Há forças que votam contra o orçamento, mas a sua argumentação aproxima-se da linguagem do poder, já que a contra-argumentação parte dum documento e da sua análise, coisa que ao munícipe é vedado. E não seria difícil levar o cidadão à participação na discussão do orçamento. Por meio dum boletim municipal depositado para consulta prévia na biblioteca concelhia, cópias enviadas para consulta nas juntas de freguesia, sem grandes despesas, permitiriam transformar o divórcio actual entre políticos e cidadãos numa forma participativa do cidadão na vida comunitária.

Aproximamo-nos dum ano eleitoral autárquico e é tempo de reflectir se a abstenção continuará a vencer nos concelhos. Pelo caminho que as coisas vão tomando, adivinham-se doses reforçadas de pão e circo da parte dos partidos que dirigem os concelhos e muito pouca denúncia das oposições. E os orçamentos, do geral ao local, são coisas para fazer de conta.

Novembro de 2016antoniomario45@gmail.com

[Os outros artigos de António Mário Santos](#)